



Ana Vieira é doutora em Ciências da Educação, na área da Educação Social e Mediação Sociopedagógica e mestre em Ciências da Educação – História e Problemas Atuais da Educação pela UTAD- Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.

É atualmente, professora adjunta na Escola Superior de Educação e Ciências Sociais (ESECS) do Instituto Politécnico de Leiria (IPL) e investigadora do do CICS.NOVA_pólo do IPLeiria.

Trabalhou em Portugal com Américo Peres, Professor agregado na UTAD, e em Espanha com José António Caride, professor catedrático na Universidade de Santiago de Compostela.

A sua investigação incide sobre Mediação intercultural, Educação social, Pedagogia Social, Mediação Sociopedagógica, Mediação Sociocultural, Trabalho Social e Indisciplina, áreas onde tem publicado em livros, revistas nacionais e estrangeiras, e onde tem desenvolvido comunicações que tem apresentado em congressos nacionais e internacionais.

É investigadora integrada do CICS.NOVA.IPLeiria.

É, ainda, membro da RESMI – Rede de Ensino Superior de Mediação Intercultural.



Ricardo Vieira nasceu em Albergaria dos Doze, em 1961. É Mestre em Antropologia Social e Sociologia da Cultura pela FCSH-UNL, Doutor em Antropologia Social, Pós-Doutor em Serviço Social e Agregado em Antropologia da Educação pelo ISCTE. No ano de 2000, foi galardoado com o Prémio Rui Grácio, prémio nacional para o melhor trabalho de investigação em Educação realizado em Portugal, SPCE (Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação).

É, atualmente, Professor Coordenador Principal (Full Professor) da Escola Superior de Educação e Ciências Sociais do Instituto Politécnico de Leiria, Professor Decano do Instituto Politécnico de Leiria e Investigador do CICS.NOVA_pólo do IPLeiria.

Trabalhou em Portugal com Raul Iturra, Professor Catedrático do ISCTE-IUL, e em França com Pierre Bourdieu, François Bonvin, Monique Saint Martin e Marie Elisabeth Handman da EHESS e do Collège de France.

As suas áreas de investigação preferenciais, onde tem publicado vários livros e artigos científicos são: Histórias de Vida e Identidades; Metamorfoses da Identidade; Antropologia da Educação; Educação e Diversidade Cultural; Mediação Intercultural; Identidades nos Idosos; Pedagogia Social e Identidades Pessoais e Profissionais.

É investigador integrado do CICS.NOVA.IPLeiria.

É, ainda, membro da RESMI – Rede de Ensino Superior de Mediação Intercultural.

Este trabalho é financiado por Fundos Nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia no âmbito do projeto UID/SOC/04647/2013



05

Pedagogia Social, Mediação Intercultural e (Trans)formações

ANA MARIA VIEIRA | RICARDO VIEIRA

05

ANA MARIA VIEIRA | RICARDO VIEIRA

Pedagogia Social, Mediação Intercultural e (Trans)formações

COLEÇÃO a página

ÍNDICE

Nota de apresentação	7
<i>Isabel Baptista</i>	
Prefácio	9
<i>José Antonio Caride</i>	
Prefácio	13
<i>Américo Peres</i>	
Introdução	17
<i>Ana Maria Vieira Ricardo Vieira</i>	

Capítulo 1

A MEDIAÇÃO INTERCULTURAL COMO PRÁTICA DA PEDAGOGIA SOCIAL

1. Educação Social, Pedagogia Social e Competências na Intervenção do Profissional	25
<i>Ana Vieira</i>	
2. Da Desconstrução do Formal e não Formal na Educação Social	39
<i>Ricardo Vieira Ana Maria Vieira</i>	
3. Da Profissão [Educação Social] ao Campo de Conhecimento [Pedagogia Social]: Profissão e Profissionalização em Educação Social	47
<i>Ana Maria Vieira Ricardo Vieira</i>	
4. Pedagogia Social, Mediação Intercultural e Intervenção Social	55
<i>Ricardo Vieira Ana Maria Vieira</i>	
5. Competências da Mediação Intercultural como prática da Pedagogia Social	65
<i>Ana Maria Vieira Ricardo Vieira</i>	
6. Da visão tradicionalista da Pedagogia Social à nova Educação Social	71
<i>Ana Maria Vieira Ricardo Vieira</i>	
7. Ética(s) e Educação Social	80
<i>Ricardo Vieira Ana Maria Vieira</i>	

Capítulo 2
PEDAGOGIA SOCIAL, MEDIAÇÃO E INTERVENÇÃO

1. Viver e Conviver: Pedagogia Social, Comunicação e Mediação Intercultural	95
<i>Ricardo Vieira Ana Maria Vieira</i>	
2. Intervenção Social, Mediações Socioculturais, Prevenção e Resolução	98
<i>Ana Maria Vieira</i>	
3. Educação Proibida e Pedagogias da Transformação	103
<i>Ricardo Vieira Ana Maria Vieira</i>	
4. A Pedagogia Social e a Mediação na Transformação dos Olhares Patologizadores das Diferenças Socioculturais	106
<i>Ana Maria Vieira</i>	

Capítulo 3
NA ESCOLA:
PEDAGOGIA SOCIAL E MEDIAÇÃO INTERCULTURAL

1. Diversidade Cultural e Mediação Escolar	113
<i>Ricardo Vieira Ana Maria Vieira</i>	
2. A patologização da Diferença em Territórios Escolares	117
<i>Ana Maria Vieira Ricardo Vieira</i>	
3. As Potencialidades da Mediação Escolar ou da Mediação Sociopedagógica na Construção de uma Escola para a (Con)vivência	121
<i>Ana Maria Vieira</i>	
4. Tensões Sociais e Conflitos na Escola: da Prevenção e da Resolução	124
<i>Ana Maria Vieira</i>	
5. Educação, Escola, Aprendizagem e Ensino	127
<i>Ricardo Vieira</i>	
6. Educação e Trabalho Social na Escola	130
<i>Ana Maria Vieira Ricardo Vieira</i>	
7. Ensino Superior, Mediação Sociocultural e Sociopedagógica	133
<i>Ana Maria Vieira</i>	
8. Pedagogias Diferenciadoras e Emancipadoras	136
<i>Ana Maria Vieira Ricardo Vieira</i>	

Capítulo 4
COMPLEXIDADE
E (TRANS)FORMAÇÕES SOCIOCULTURAIS

1. Da (In)comunicação nos Sistemas de Ensino: breve apontamento	153
<i>Ricardo Vieira Ana Maria Vieira</i>	
2. Ensino Politécnico e Ensino Universitário: nomes, coisas e "faz de conta"	156
<i>Ricardo Vieira</i>	
3. Professor ou Contratado?	165
<i>Ana Maria Vieira</i>	
4. Ser Voluntário... ..	168
<i>Ricardo Vieira Ana Maria Vieira</i>	
5. Escola, Educação e Ensino: incursões reflexivas a propósito da adequação ao Processo de Bolonha	171
<i>Ricardo Vieira Ana Maria Vieira</i>	
6. Escola, Física e Sociedade	174
<i>Ricardo Vieira</i>	
7. Dar e Receber: conteúdo, forma e mudança na vida dos professores em Bolonha	177
<i>Ricardo Vieira</i>	

TÍTULO

Pedagogia Social, Mediação Intercultural e (Trans)formações

AUTOR

Ana Maria Vieira | Ricardo Vieira

EDIÇÃO

PROFEDIÇÕES, Lda./ *Jornal a Página*

COLEÇÃO

a Página

CONCEÇÃO GRÁFICA

Sersilito – Empresa Gráfica, Lda.

Tiragem

1000 exemplares

Depósito legal

408254/16

ISBN

978-972-8562-74-8

1.ª Edição: Abril 2016

PROFEDIÇÕES, Lda. / *Jornal a Página da Educação*

R. D. Manuel II, 51 C – 2.º andar – sala 2.5

4050-345 Porto

Tel. 226 002 790 • Fax 226 070 531

livros@profedicoes.pt

redacao@apagina.pt

<http://www.apagina.pt/>

<http://www.profedicoes.pt/livraria>

NOTA: Os textos publicados na coleção *a Página* são sujeitos a um processo de arbitragem científica assegurado por investigadores devidamente acreditados, pertencentes ao Conselho Editorial e/ou à bolsa de colaboradores permanentes da revista *a Página da Educação*.

3.

Professor ou Contratado?

Ana Maria Vieira

ESECS-IPL e CICS.NOVA.IPLeiria

Professor ou contratado? Há mais de vinte anos que ouvira esta pergunta pela boca de colegas que descreviam o seu início de carreira, na altura ensinando com habilitação suficiente. A Rita, ela própria professora contratada com habilitação suficiente, no ano de 1985, terminou, entretanto, o seu curso via ensino, ficando, portanto, profissionalizada. Como ingressara no ensino privado, quando ainda era estudante, aí ficou, tanto mais que a casa de seus pais ali ficava perto. Ascendeu quase ao topo da carreira do ensino privado, com vencimento calculado no âmbito do contrato coletivo de trabalho.

Duas décadas volvidas, a vida tomou novos rumos e a Rita decidiu tentar a sorte no ensino público. Com 20 anos de serviço, admitiu que seria relativamente fácil alcançar uma colocação numa escola da região. Nada. Apesar de bem classificada, a verdade é que ficou no 2.º escalão do concurso para contratados, não tendo obtido colocação nesse ano. No ano letivo seguinte conseguiu ser colocada, por dois anos, na mesma escola, e percebeu que tinha de começar, de novo, toda a progressão na carreira já que os anos de serviço que tinha do ensino privado, onde era profissionalizada e do quadro, apenas lhe contariam depois de ficar efetiva. O vencimento, esse passou a ser bem mais baixo: o de início de carreira para quem já tinha vinte anos de serviço.

Novo concurso, nova oportunidade, agora muito bem classificada, pois estava no 1.º escalão de contratados e em 6.º lugar nacional.

Concorreu a todo o país, na esperança de obter um lugar de efetiva e ver terminada a incomunicação entre estes dois sistemas do ensino básico e secundário, vendo o seu tempo de serviço contabilizado para a sua progressão. Nada. À sua frente estavam muitos colegas com muito menos tempo de serviço que, estando já em QZP – Quadro de Zona Pedagógica –, lhe passaram à frente. Mesmo assim, nem estes ficaram todos efetivos. O Concurso foi feito por quatro anos e a Rita ficou, desta vez bem, mais longe de casa. O cansaço e os vários problemas com os seus ascendentes levaram-na a ficar doente. Teve de apresentar atestado. Foi ao médico da especialidade que lhe disse que tinha de ficar em casa por uns tempos. Atestado médico passado, foi este entregue na escola. Passado um tempo, a docente foi informada que aquele atestado não servia. Como era “contratada e não professora” as regras tinham alterado e deveria agora ir ao médico de família para que lhe fosse passado um atestado da Segurança Social, Instituição que lhe pagaria agora 65% do seu vencimento, já por si bem aquém do que estava habituada a receber. Confusão para todos: para a docente, para a médica de família que não estava habituada a fazer estes atestados para os professores. Por isso perguntou:

- Então a senhora não é professora?
- Sim, respondeu a Rita, sou! Mas sou professora contratada e agora a ADSE, para a qual eu desconto há anos, não paga aos professores contratados quando estão de baixa.

Efetivamente, até no colégio privado, onde lecionara por duas décadas, a Rita descontara para a ADSE.

Confusão também para a própria funcionária da nova escola da Rita que, ao telefonar a dizer que o atestado não era válido disse: é que nós aceitámos o atestado porque pensámos que era professora mas afinal é contratada...

Afinal se se é contratado não se é professor? Se se é docente profissionalizado, com vinte e vários anos de ensino, não se é professor?

Então mas agora os funcionários públicos não têm já quadro, pois não? Não pertencem a uma lista? E os contratados não são funcionários públicos, professores, mesmo que seja por períodos de contrato anuais ou plurianuais?

Valeria a pena pensar nisto. O dito do século passado, numa altura em que havia falta de professores e se recorria muito a contratados com habilitação

suficiente, está aí de novo mesmo para profissionalizados que, quando não são efetivos, não são considerados professores. Mesmo quando sejam, além disso, pós graduados, mestres ou mesmo doutores. A precariedade instalou-se e os cidadãos vão perdendo a força para reivindicar os seus direitos perdidos ou para buscar formas de transformação dos sistemas, da Lei e da própria sociedade.

A precariedade instalou-se e retirou aos sujeitos a possibilidade efetiva de exercer a cidadania como forma de reivindicar mudanças que permitam mais justiça, mais estabilidade e, até, mais produtividade.